



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS

EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 2340/07	DATA: 19/12/2007
INÍCIO: 14h50min	TÉRMINO: 15h49min	DURAÇÃO: 00h59min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h59min	PÁGINAS: 17	QUARTOS: 12

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, convocada pelo Presidente desta Casa, para a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar escutas telefônicas clandestinas, conforme denúncia publicada na revista *Veja*, Edição 202.233, de 22 de agosto de 2007.

Na forma do art. 39, § 4º, do Regimento Interno, compete-me assumir a Presidência dos trabalhos.

Declaro instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito.

§ 4º:

“Presidirá a reunião o último Presidente da Comissão, se reeleito Deputado ou se continuar no exercício do mandato, e, na sua falta, o Deputado mais idoso dentre os de maior número de legislaturas.”

Então, estou nessa condição, e só por isso, não por mérito, mas por tempo de Casa.

Esclareço aos nobres pares que esta CPI é composta de 24 Deputados titulares, igual número de suplentes, em conformidade com Ato da Presidência lido na sessão plenária de 13 de dezembro de 2007. O quorum, portanto, para eleição dos cargos na CPI, é de 13 Deputados, exigida a maioria absoluta de votos.

Peço a compreensão dos Srs. Deputados no sentido de que permaneçam no recinto até o término desta reunião, para que hoje possamos dá-la por instalada e empossar os eleitos.

Antes de iniciar processo de votação, desejo ainda esclarecer a V.Exas. que encontram-se sobre a mesa as seguintes indicações para Presidente e Vice-Presidentes.

Para Presidente: nobre Deputado Marcelo Itagiba, PMDB/RJ; Primeiro Vice-Presidente: nobre Deputado Hugo Leal, PSC/RJ; Segundo Vice-Presidente, nobre Deputado Paulo Abi-Ackel, PSDB/MG; Terceiro Vice-Presidente, nobre Deputado Alexandre Silveira, PPS/MG.

Não há mais nenhuma inscrição e nenhuma indicação de liderança.



Há ainda, logicamente, cédulas em branco para Presidente e Vice-Presidente caso a escolha não recaia nos nomes indicados.

Na medida em que forem sendo chamados os Srs. Deputados, depois de assinarem a folha de votação e de posse da sobrecarta, devem dirigir-se ao local da votação e selecionar suas cédulas, colocando-as no envelope que será depois depositado na urna.

Para me auxiliar no processo de votação, convido o nobre Deputado Carlos Willian.

Passemos, então, à votação.

Peço ao nobre Deputado Carlos Willian que proceda à chamada nominal dos membros titulares e, em seguida, à dos suplentes, pela ordem de chegada e assinatura dos suplentes, para que complete o número das respectivas bancadas.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - PMDB, PT, PP, PR, PTB, PSC, PTC, PTdoB, Deputado Arnaldo Faria de Sá. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Colbert Martins. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Hugo Leal;

Deputada Iriny Lopes;

Deputado Lincoln Portela;

Deputado Luiz Couto. (*Pausa.*) Ausente;

Deputado Marcelo Guimarães Filho. (*Pausa.*) Ausente;

Deputado Marcelo Itagiba;

Deputado Nelson Meurer. (*Pausa.*) Ausente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O Deputado Luiz Couto acaba de chegar e gostaria que o Secretário voltasse a chamá-lo para, depois, não termos problemas.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deputado Luiz Couto;

Deputado Nelson Pellegrino;

Deputado Paulo Pimenta. (*Pausa.*) Ausente;

Deputado Ricardo Barros. (*Pausa.*) Ausente.

Sr. Presidente, devo chamar os suplentes?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Não, deixe-os para depois.

Bloco PSDB/DEM e PPS - Deputado Alexandre Silveira;



Deputado Fernando de Fabinho;

Deputado João Campos;

Deputado Arnaldo Faria de Sá;

Deputado Jorginho Maluly? (*Pausa.*) Ausente;

Deputado Marcio Junqueira;

Deputado João Campos;

Deputada Marina Maggessi. (*Pausa.*) Ausente.

Nobre Deputado conterrâneo, Paulo Abi-Ackel;

Deputado William Woo.

Bloco PSB/PDT/PCdoB e PMDB - Deputado Marcos Medrado. (*Pausa.*)

Ausente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Segunda chamada dos titulares.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Por determinação do Sr. Presidente, vamos fazer a segunda chamada.

Deputado Sarney Filho (*Pausa.*) Ausente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Então, encerrada a primeira chamada dos titulares, passamos à segunda chamada dos titulares.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deputado Colbert Martins;

Deputada Iriny Lopes;

Deputado Nelson Meurer;

Deputado Paulo Pimenta;

Deputado Marcelo Guimarães Filho (*Pausa.*) Ausente;

Deputado Jorginho Maluly;

Deputada Marina Maggessi;

Deputado Sarney Filho.

Sr. Presidente, terminamos a segunda chamada dos titulares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Encerrada a segunda chamada dos titulares, passamos a examinar as vagas dos suplentes por partido ou por bloco, por ordem de chegada.



Deputado Carlos Willian.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Peço ao Plenário que aprove a minha decisão de permitir que o Deputado Paulo Pimenta vote, por se tratar de um dos Deputados mais importantes desta Comissão. Já tínhamos encerrado os titulares, mas V.Exa. tem ...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Ainda pelo Bloco PMDB/ PT/PP/PR, Deputado Paulo Pimenta;

Deputado Laerte Bessa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Acabam de chegar os Deputados Nelson Meurer, titular, e o Deputado Jorginho Maluly. Como abrimos ao Deputado Paulo Pimenta, vamos abrir também a S.Exa., antes de chamar os suplentes.

O SR. DEPUTADO RENATO AMARY - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)- Questão de ordem concedida ao Deputado Renato Amary.

O SR. DEPUTADO RENATO AMARY - Obrigado. Não sei se estou correto ou não, mas na medida em que são chamados os suplentes, seria por esta listagem seguida pelo Deputado Carlos Willian ou seria por ordem de chegada no plenário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Tanto faz, porque assim que encerrarmos os titulares, vamos tomar essa decisão com V.Exa.

O SR. DEPUTADO RENATO AMARY - Mas é que já estão sendo chamados para votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Só o Carlos Willian que está secretariando.

O SR. DEPUTADO RENATO AMARY - Eu não sei, é só uma questão, até para não termos problemas de ordem regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu peço desculpas, V.Exa. tem razão; sua questão de ordem é pertinente. Mas a Secretaria já havia determinado que S.Exa. os chamasse. Vamos deliberar para fazer a chamada conforme a ordem de inscrição no livro.

O SR. DEPUTADO RENATO AMARY - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Primeiro os titulares.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, é preciso verificar, no momento da chamada dos suplentes, o que de bancada ainda não está preenchido. Tanto da maioria, quanto da minoria.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Olha, nós estamos no Bloco PMDB/PP/PR/PTB/PSC/PTC e PTB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Quantas vagas?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deputado Arnaldo Faria de Sá votou; Deputado Colbert Martins, ausente; Deputado Hugo Leal votou; Deputada Iriny Lopes, ausente; Deputado Lincoln Portela votou, Deputado Luiz Couto votou; Deputado Marcelo Guimarães Filho, ausente; Deputado Marcelo Itagiba votou; Deputado Nelson Meurer votou; Deputado Nelson Pellegrino votou; Deputado Paulo Pimenta votou; Deputado Ricardo Barros votou; o suplente, Deputado Carlos Willian, votou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Quantas vagas ainda há para suplentes, Sr. Secretário?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, pela ordem. Só para tirar uma dúvida, Ricardo Barros não votou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Ricardo Barros não votou. Vamos chamar agora os suplentes, pela ordem.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Há quatro vagas no Bloco da maioria; seria isso?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Então, temos no bloco da maioria 1, 2, 3, 4 vagas. Votou o Deputado Carlos Willian; faltam três vagas. Deputado Laerte Bessa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Não. Vamos chamar pela ordem de chegada dos presentes. O ideal é chamarmos pela lista que já está pronta. Ainda no Bloco PMDB/ PT/PP/PR V.Exa. concorda?

O SR. DEPUTADO RENATO AMARY - Problema algum. O objetivo é saber regimentalmente como dever ser o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Maravilha. Então, vamos chamar pela lista do 1º secretário.



O SR. DEPUTADO RENATO AMARY - V.Exa. tem toda liberdade para fazer essa opção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Nelson, já assinou o livro?

O que V.Exa. assinou foi a lista de chegada. Ainda não foi chamado para votar. Espere um pouco, estamos chamando pela ordem.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deputado Laerte Bessa. *(Pausa.)* Ausente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O Deputado Laerte votou.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Suplente 2. Duas vagas ainda.

Deputado Luiz Carlos Busato. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Marcelo Melo. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Maurício Quintella Lessa. Presente, votando.

Agora sim, Deputado Nelson Bornier.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Vou abrir mão. Cheguei primeiro que o Deputado, mas vou abrir mão para que S.Exa. vote, porque está ansioso para votar no Hugo Leal, não sei por quê.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Presidente, encerraram-se os votos do Bloco da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Vou abrir mão para o Deputado Nelson Bornier votar pelo Bloco.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Agora, o Bloco PSDB/DEM/PPS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Só há uma vaga. Deputado Renato Amary.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Acabou o bloco.

Bloco PV: Edson Duarte. *(Pausa.)* Ausente.

Sr. Presidente, encerramos a chamada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Após encerrada a votação, passamos à apuração.

Há número legal. Podemos encerrar a votação.

Solicito ao Secretário que verifique se o número de sobrecartas coincide com o número de votantes.

Quantos votantes, Secretário?



Todos confiam no Carlos Willian, não é?

São 20 votantes.

Conferiu. O número de sobrecartas confere com o número de votantes.

Passa-se, agora, à apuração dos votos.

(Processo de apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Passamos a proclamar o resultado.

Deputado Marcelo Itagiba, 20 votos. *(Palmas.)*

Para Presidente, Deputado Marcelo Itagiba, 20 votos.

Para 1º Vice-Presidente, Deputado Hugo Leal, 18 votos. *(Palmas.)* Deve ter sido o Nelson Bornier que não votou em V.Exa.

Para 2º Vice-Presidente, Deputado Paulo Abi-Ackel, 18 votos. *(Palmas.)*

Para 3º Vice-Presidente, Deputado Alexandre Silveira, 20 votos. *(Palmas.)*

Só me resta, agora, pedir desculpas ao Deputado Raul Jungmann, pois S.Exa. não votou. Sua presença foi importante.

Agradeço ao Deputado Carlos Willian.

Encerrada a apuração, declaro o Deputado Marcelo Itagiba eleito como Presidente da Comissão. Gostaria de empossá-lo aqui, na Mesa. Convido S.Exa. a assumir a Presidência, a fim de que possa anuncie o Relator e convide os demais eleitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de agradecer o apoio unânime por parte daqueles que votaram. Teremos um árduo trabalho pela frente, em defesa da democracia do País.

Gostaria de convidar os Srs. Deputados Hugo Leal, Paulo Abi-Ackel e Alexandre Silveira para assumirem, respectivamente, a 1ª, a 2ª e a 3ª Vice-Presidência da CPI e os declaro eleitos e empossados. *(Palmas.)*

Gostaria de agradecer a competência com que os Deputados Simão Sessim e Carlos Willian conduziram a abertura da CPI, bem como sua instalação e eleição. Devido à experiência do Deputado Simão Sessim, de vários anos à frente de um mandato legislativo, S.Exa. mostrou-se como esperávamos, ou seja, uma Presidência correta, diligente e própria.



Agradeço muito a ambos pelo trabalho e a dedicação que tiveram ao conduzir o início destes trabalhos.

Nos termos do art. 41, inciso VI, do Regimento Interno, designo para a Relatoria da Comissão o Sr. Deputado Nelson Pellegrino, do PT, da Bahia, a quem convido para compor a Mesa. (*Palmas.*)

Passo, portanto, a palavra ao Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Itagiba, parabenizo V.Exa. pela iniciativa de propor esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual, penso, dará grande contribuição ao País e ao Estado Democrático de Direito, como V.Exa. já assinalou.

Srs. Vice-Presidentes, Deputados Hugo Leal, Paulo Abi-Ackel, Alexandre Silveira, Deputado Simão Sessim, que não só presidiu com muita competência a escolha, mas também integrará esta Comissão, Sras. e Srs. Deputados, penso que podemos dar grande contribuição ao País, que, nos últimos anos vem sendo assolado por diversas denúncias de grampos ilegais e também com possibilidade de abusos, mesmo nos grampos legais.

Sem dúvida alguma, não diria que esta é matéria nova, mas recente. Quando digo matéria recente, embora seja discutida há muitos anos em nosso País, ainda carecemos de legislação moderna e de Estado Democrático que assegure ao Estado brasileiro todos os meios e os instrumentos para investigar o crime organizado e qualquer modalidade criminosa em nosso País, para sua defesa enquanto Estado.

Porém, cada vez mais, com o aparato tecnológico colocado à disposição do Estado, e também de particulares — não fugirá à investigação desta Comissão a ação de particulares no uso dessa tecnologia para fazer investigação.

Portanto, é necessário que à luz da legislação existente possamos apurar condutas abusivas e ilegais, porque este é o papel desta Comissão. Acima de tudo, temos o dever de conhecer melhor como acontece atualmente esse processo de interceptação, nas suas diversas modalidades, em nosso País, para que possamos fazer um relatório que aponte condutas criminosas, abusivas e ilegais e, de certa forma, apresentar ao País este relatório de diagnóstico. A grande contribuição desta Comissão Parlamentar de Inquérito ao País seria apresentar sugestões, em termos



de aperfeiçoamento da legislação referente a esta matéria, para que tenhamos de fato um Estado Democrático que garanta ao cidadão comum a integridade do seu sigilo e para que não haja abusos do Estado em relação ao constitucionalmente assegurado.

Praticamente, estamos no penúltimo dia de trabalho legislativo; amanhã, teremos a última sessão e penso que não funcionaremos no período do recesso. Logo no início dos trabalhos, deveremos ter a nossa primeira reunião. Gostaria de sugerir a V.Exa. e aos demais Vice-Presidentes que realizássemos, ainda no mês de janeiro, numa data determinada por V.Exa., uma reunião de trabalho para colher sugestões em relação ao roteiro dos trabalhos que deverei apresentar.

Evidentemente, o roteiro começa com a investigação do objeto do requerimento de V.Exa., qual seja a denúncia publicada na revista *Veja*, no sentido de que Ministros do Supremo Tribunal Federal estariam com fortes desconfiças de que seus telefones estariam grampeados, o que, por si só, já é um fato muito grave e ensejador para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

São Ministros da mais alta Corte do Brasil; não direi que qualquer cidadão possa ser investigado legalmente, de um cidadão comum ao Presidente da República. O Estado Democrático garante esse procedimento, mas é evidente que, para que isso ocorra, é necessário haver autorização legal e motivos. Não admitiremos interceptação sem motivo e sem móvel, pois isso constitui abuso ao direito do cidadão.

Em suma, no roteiro inicial dessa investigação e, subsequente, o que vier a se desdobrar em relação a este temário inicial, podemos produzir amplo debate nesta Comissão. Procuraremos ouvir autoridades nas esferas Federal e Estadual dos diversos órgãos de segurança do nosso País, a fim de que conheçamos melhor a legislação sobre essa matéria, evidentemente guardando o devido sigilo do que for do ponto operacional.

Porém, temos também obrigação de constituir um relatório que dê o diagnóstico à Câmara Federal sobre como essa atividade se desenvolve no País, legal e ilegalmente. Evidentemente, os excessos serão objeto desse relatório, assim como as contribuições que podemos dar ao País para aprimorar a legislação referente a esta matéria.



Sei que, no momento, na Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Francisco Tenório é Relator de uma matéria que propõe regulamentar o tema. Há alguns elementos importantes, mas penso que podemos dar contribuições adicionais.

Agradeço a confiança do Presidente desta Comissão e dos demais Deputados. Vamos procurar, de forma serena, respeitando o direito de todos dentro da lei e dos princípios regimentais, desenvolver nosso trabalho com a cooperação de todos os Deputados e Deputadas e da Mesa Diretora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Antes de franquear a palavra aos senhores membros, lembro que a próxima reunião será para definirmos o roteiro dos trabalhos. Sendo assim, solicito aos Srs. Deputados, sempre que desejarem sugerir nomes a serem ouvidos em audiência pública, requerer diligências, tomar depoimentos de autoridades, requisitar documentos, etc., apresentem requerimento por escrito, com a devida antecedência, junto à Secretaria da CPI, para publicação necessária na Ordem do Dia.

Gostaria também de dizer, como disse o nosso Relator, que estamos próximos ao recesso, que se dará daqui a 2 dias, razão pela qual desejo colocar esta matéria em votação dos presentes, para que deliberássemos pela não-convocação desta Comissão, a não ser extraordinariamente, enquanto durar o recesso, a fim de que não se compute o prazo durante este período e só nos reunamos para deliberar a partir do fim do recesso.

Além disso, gostaria de dizer que este é um trabalho coletivo e cabe-me apenas auxiliá-los nessa tarefa no exercício da Presidência. Esta CPI será aquilo que fizermos em conjunto. Acredito ser ela é muito importante para o País; acredito que nós temos muita coisa a verificar; acredito que, acima de tudo, temos que saber quantos mil grampos legais existem hoje no País. Temos que ter esse número. Temos que saber quem os faz, por que os faz e, acima de tudo, quem os autoriza e quem os controla. A partir daí, dessa radiografia, nós termos os instrumentos necessários para o aperfeiçoamento do legislativo. Existem alguns projetos em tramitação nesta Casa. Diz-se que o Executivo encaminhará também um projeto à discussão no Congresso Nacional. Eu acho que nada deveria ou poderia ser feito



sem antes sabermos do que nós estamos tratando, porque muito se diz. Entendo esta uma oportunidade de mostrar ao País o que esse instrumento extraordinário de combate ao crime organizado faz, e de que forma faz. E aqueles que não fazem de acordo com a lei, serem expostos e apresentados ao Ministério Público para as devidas denúncias.

Vou agora dar a palavra aos inscritos...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado Jungsmann.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Obrigado, Presidente. Eu pediria a máxima *data venia*. Estou colocado em terceiro lugar; entretanto, tenho que pegar um avião daqui a pouco, e serei brevíssimo. Se o Presidente me conceder essa generosidade inicial, eu não utilizarei mais do que 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado) - Se os nossos pares assim concordarem, não terei nenhuma objeção a isso.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado) - Alguém se opõe a que o nosso colega Jungsmann fale antes? (*Pausa.*) Não?

Então, com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, quero saudar — estou vendo aqui, na platéia, uma plêiade de homens públicos, de Parlamentares da melhor qualidade e que, portanto, augura, com a condução deste trabalho ao melhor rumo possível, a um bom porto. Então, parabeno especificamente o Presidente, o Relator e os Srs. Vice-Presidentes.

Sr. Presidente, anteriormente, e tendo por objeto esse mesmo tema, fiz um requerimento à Comissão de Segurança Pública, à qual nós pertencemos, convidando os Srs. Ministros para depor sobre exatamente esse tema. E me recordo que na resposta que os Srs. Ministros do Supremo nos deram, pelo menos 1 deles alegou a impossibilidade de aqui vir em função do seu cargo e de alguma amarração jurídico-legal. Não sei qual ela é, mas acho, na medida em que é incontornável o fato de que vamos ter de ouvir a maioria do Supremo Tribunal Federal nesta Comissão — o que acho ser inédito, não sei se já aconteceu outra feita —, e



considerando a delicadeza que isso reveste, eu pediria, portanto, que o senhor solicitasse à nossa assessoria técnica um parecer, uma informação a esse respeito. Evidentemente, não estamos numa Comissão setorial da Casa, mas numa Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem, portanto, atribuições, segundo a Constituição, de autoridade judicial. Está claro? Então, pode ser que isso seja de fácil resposta. Mas como reverte numa delicadeza, numa relação entre Poderes e Poderes, e sei que V.Sa., além das suas outras habilidades, é uma pessoa de muita prudência, eu pediria que isso fosse esclarecido. Porém, não se tome essa minha intervenção como desejo do não-comparecimento. Muito pelo contrário, apenas que temos de ter — não é Nelson — um certo, digamos assim, observando a relação entre os Poderes e a delicadeza que reverte esse assunto.

Era só isso, Sr. Presidente. Mais uma vez, muito obrigado. Inclusive, aos outros que cederam a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agradeço a V.Exa. a manifestação, e digo que, se isso for motivo de requerimento, por parte do Relator ou de algum dos membros, com certeza será votado pela Comissão. E se a Comissão assim o decidir, existem meios e formas de se fazer o convencimento para que tenhamos o essencial para nós, qual seja a manifestação, seja ela por presença, seja ela por escrito. Eu acho que nós encontraremos a forma adequada de fazer essa interlocução com a Suprema Corte.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Tenho certeza de que sim, Presidente. E conto exatamente com a habilidade de todos os senhores. Apenas recordo que daquela vez todos os Ministros do Supremo declinaram e que houve essa observação. Isso não quer dizer, novamente reitero e enfatizo, que tal não possa acontecer. E os senhores têm experiência e delegação necessária para isso.

Parabéns, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito bem.

Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, Srs. Vice-Presidentes empossados, inicialmente queria agradecer os nobres Parlamentares a oportunidade de estar nesta Comissão como 1º Vice-Presidente, assim como a confiança depositada no nosso trabalho.



A missão específica deste Poder Legislativo, a missão específica desta Câmara dos Deputados e deste Plenário da CPI é, efetivamente, buscar um parâmetro para o que estamos assistindo neste País.

Tanto o Deputado Marcelo Itagiba quanto o Deputado Nelson Pellegrino se manifestaram sobre a questão, que é preocupante. Quero apenas reforçar o que disse o Deputado Raul Jungmann, até porque o objeto concreto proposto para abertura da CPI foi a denúncia trazida pela revista *Veja* sobre a chamada “*Soma do Estado Policial*”, na qual se manifestaram 7 dos 11 Ministros. Acredito que isso, com certeza, tem que ser o nosso paradigma, até porque essa questão das escutas telefônicas são fundamentais na persecução criminal, na persecução policial, na investigação, mas, obviamente, tem-se que estabelecer parâmetros, o que, imagino, seja exatamente o desejo desta CPI. Mas, invariavelmente, uma vez que o objeto desta CPI a ser apreciado, avaliado, analisado e julgado tem como parâmetro inicial os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Obviamente, a Comissão saberá como conduzir as oitivas com o equilíbrio necessário.

Obviamente, aquelas pessoas, técnicos responsáveis — e o nobre Presidente desta Comissão, além de Deputado Federal, que também é um Policial Federal — saberão muito bem conduzir essa ação.

Esta é a minha expectativa. A sociedade também está buscando esse esclarecimento, até para saber exatamente quem é que está no controle de uma ação efetiva como essa.

Perfiro nessa linha do trabalho, colocando-me à disposição da Comissão para as nossas ações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Deputado Jorginho Maluly.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Presidente Marcelo Itagiba; Srs. Vice-Presidentes — em nome do Paulo Abi-Ackel saúdo todos os Vice-Presidentes —; nobre Relator, Deputado Nelson Pellegrino, Sras. e Srs. Deputados. Quero parabenizar o Sr. Presidente pela merecida condução a esse posto de responsabilidade que V.Exa. assume hoje. V.Exa. sabe que contou com o nosso apoio desde o primeiro momento, quando iniciou o trabalho para instalação desta



Comissão de Inquérito. Não é uma missão fácil esta nossa, mas um trabalho de responsabilidade, que mexerá com interesses, com fatos, com autoridades, com pessoas, e isso vai exigir de todos nós muito cuidado, muito critério, muita responsabilidade nas nossas ações. Por isso, esta Presidência, pela experiência profissional de V.Exa., não poderia estar em melhores mãos na condução deste trabalho.

Por outro lado, Presidente, temos presente o Paulinho, que é jurista, e outros, que sabem existirem esses debates doutrinários sobre a questão das provas lícitas e ilícitas, na qual se consideram ou não as gravações. Isso tudo pode ser tema de tese, para quem quiser fazer pós-graduação, mestrado, doutorado, em qualquer área pertinente. O importante é que temos aí uma corda de arame, como se fosse num trapézio. Temos que ter um cuidado muito grande, porque há limites. Temos que saber até onde podemos permitir que isso aconteça, por bem da sociedade. Já vimos que escutas, além de, vamos dizer, penalizar ou punir criminosos, elas também evitaram crimes. Não se trata só da questão da punição; elas evitaram seqüestros, fugas de presídios, uma série de altos ilícitos provenientes dela.

Por outro lado, também existe um cuidado muito grande, porque, quando usado indevidamente pode-se gerar chantagem, pode-se gerar um limite da conduta de qualquer autoridade, que fica, talvez, cerceada, presa à mão de um bandido, de algum adversário político ou de um inimigo de plantão, até do regime, até da democracia brasileira.

Portanto, nesse sentido, Sr. Presidente, fiz questão de apoiá-lo desde o primeiro momento, porque acredito realmente que vamos dar uma grande contribuição à democracia brasileira, ao Congresso Nacional, aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; enfim, à toda a sociedade.

Por outro lado, Sr. Presidente, gostaria me colocar à sua disposição. Embora haja esse problema do prazo legal de não se convocar, durante o recesso, para que não conte, mas se V.Exa. quiser realizar alguma reunião informal, seja no Rio de Janeiro, terra de V.Exa., seja em Belo Horizonte, na terra do Paulinho, em Salvador, na terra do Relator; ou aqui mesmo, em Brasília, no período de recesso, estou à sua disposição para contribuir com este trabalho.



Ademais, desejar um feliz Natal para todos, um ano excelente, e que voltemos em 2008 com a bateria recarregada, em função do nível de responsabilidade que nos aguarda no próximo ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade. Sucesso, e que Deus lhe proteja nesta missão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agradeço-lhe pelas palavras. De fato, se houver necessidade, sabemos que poderemos contar com V.Exa.

Passo a palavra, agora, ao Deputado Paulo Abi-Ackel, 2º Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Vice-Presidente, nobre colega Hugo Leal, 2º Vice-Presidente Alexandre Silveira, meu caro eminente Relator, Nelson Pellegrino, caros colegas, quero fazer uma manifestação de agradecimento pelas muitas palavras e pelo depósito de confiança que nos foi dado.

Acho que falo em nome de todos desta Mesa, sobre a seriedade e a necessidade de muito equilíbrio, de tranquilidade que haveremos de ter, da sensatez que deveremos ter para tratar de tema que, naturalmente, é um tema de difícil discussão. Estamos falando, muitas vezes, como bem disse o Deputado Maluly, de questões ligadas ao Direito, teses que ainda são objeto de discussão nos Tribunais Superiores, sobre a legalidade da prova; estamos falando de questões que muitas vezes ferem os direitos constitucionais. Enfim, estaremos — uso o plural porque tenho certeza de que os demais membros estão também conscientes disso — lidando com questões que haverão de ser tratadas de forma absolutamente técnica e não sem qualquer aflição política. Estou certo de que o Presidente e o Sr. Relator farão um trabalho excepcional, e que esse trabalho vai marcar, efetivamente, os trabalhos do próximo ano legislativo.

São essas as minhas considerações, Sr. Presidente, na medida em que agradeço o depósito de confiança no meu nome, como 2º Vice-Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, Deputado Paulo Abi-Ackel.



Com a palavra o Deputado Alexandre Silveira, 3º Vice-Presidente.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SILVEIRA - Sr. Presidente, nobre colega que em tão pouco tempo representando o Estado do Rio de Janeiro nesta Casa já mostrou o seu brilhantismo, a sua determinação, a sua persistência em colaborar com a imagem do Parlamento brasileiro, o meu amigo e colega Marcelo Itagiba; nobre Relator, experiente Parlamentar, também referência de homem público no nosso País, companheiro Nelson Pellegrino; meu conterrâneo e amigo, eminência de destaque no Parlamento brasileiro, Deputado Paulo Abi-Ackel; companheiro Hugo Leal, que assume a 1ª Vice-Presidência; demais colegas, antes de mais nada, gostaríamos de ressaltar a alegria e a satisfação de recebermos a confiança para participarmos desta Mesa.

Quero dizer que realmente esta CPI tem uma missão mister muito importante no nosso País. Ainda vivemos momentos de reafirmação da democracia brasileira, e esta CPI visa a apurar indícios de irregularidades exatamente no enfrentamento, na afronta direta ao regime democrático brasileiro. Ela tem uma ambigüidade e teremos que ter toda a habilidade, toda a prudência e todo o equilíbrio na condução desses trabalhos. Mas eu tenho certeza de que, pela qualidade de seus membros, isso vai acontecer, porque ela visa, por um lado, apurar os indícios de irregularidades para o fortalecimento, garantido no Estado Democrático de Direito; por outro, sabemos da importância desse instrumento de trabalho daqueles que têm a missão institucional e constitucional de apurar os indícios de crimes e até evitar os crimes — como disseram o colega Maluly. Temos também a missão de preservar esse trabalho tão importante nesse conturbado quadro da segurança pública nacional como um todo.

Por isso, deixamos aqui a nossa mensagem de que estaremos de mãos dadas com os demais membros desta Mesa em busca do resultado final desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agradeço-lhe as palavras. V.Exa. também é merecedora dos mesmos elogios, pela competência e proficiência como vem tratando essas questões no Parlamento.

Não havendo mais nenhum inscrito, passo a palavra ao Relator, para algumas considerações.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, primeiramente quero agradecer a todos os Deputados as palavras à nossa referência e, antes de encerrados os trabalhos, faço 2 sugestões: a primeira, que V.Exa. convoque uma reunião em janeiro, informal, para que discutíssemos roteiro de trabalho, para que eu pudesse já ter subsídios para apresentação do meu roteiro de trabalho, no início dos trabalhos da Comissão; a segunda, é que agendássemos uma audiência da Comissão com a Ministra Ellen Gracie, porque — volto a dizer — o móvel desta Comissão Parlamentar de Inquérito é a denúncia de Ministros do Supremo Tribunal Federal — o Deputado Raul Jungmann já fez as suas observações —, e é mais do que importante e prudente iniciarmos os trabalhos dialogando com a Ministra Ellen Gracie para transmitir-lhe, do ponto de vista da nossa Comissão, como queremos conduzir esse processo, e, evidentemente, ouvirmos as ponderações da Presidenta do Supremo Tribunal Federal.

São essas 2 sugestões que gostaria de fazer a V.Exa. e à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito bem. São muito boas as sugestões de V.Exa.

Eu gostaria de definir o seguinte: trataremos dessa reunião informal para o mês de janeiro. Solicito a todos os presentes que coloquem as suas idéias por escrito, para que as encaminhem ao Relator e S.Exa. possa elaborar o seu roteiro.

Em segundo lugar, eu gostaria de convocar a próxima reunião para o dia 13 de fevereiro, quarta-feira, logo após o carnaval. A primeira reunião após o recesso, para que formalmente desenvolvamos os trabalhos desta Comissão. Entendo que o melhor horário para essa reunião do dia 13/02, quarta-feira, seria 10h.

(Pausa.)

Quarta-feira, não?

Então, orientado pela assessoria, a reunião será na quarta-feira, dia 13 de fevereiro, às 14h30min.

Não havendo mais nada a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes, porém, comunicando que V.Exas. serão informados, oportunamente, de outras datas para reuniões, além dessa já marcada.

Está encerrada a presente reunião.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

COM REDAÇÃO FINAL

Nome: CPI - Escutas Telefônicas Clandestinas

Número: 2340/07

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS* Data: 19/12/2007
